



# SÃO PAULO TRANSPORTE S/A

CNPJ nº 60.498.417/0001-58

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - SPTRANS - 2023

Os dados e as informações apresentadas neste Relatório correspondem à gestão do São Paulo Transporte - SPTrans no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2023, contempladas, quando pertinente, com informações relativas aos primeiros meses de 2024. Esses dados se referem às principais atividades desenvolvidas pela Empresa, como responsável pelo planejamento, gerenciamento e fiscalização do Sistema de Transporte Coletivo Público de Passageiros, na Cidade de São Paulo, a seguir denominado Sistema de Transporte.

### DESEMPENHO FINANCEIRO

A gestão orçamentária e financeira da SPTrans é de responsabilidade da Diretoria de Administração e Infraestrutura, as atividades desenvolvidas e os resultados alcançados permitiram que os projetos, aquisições, contratações e implantações fossem viabilizados para todas as Áreas da Empresa, assim como possibilitaram os pagamentos para manter ininterruptas as atividades da Companhia. Com relação aos clientes externos, como a Prefeitura Municipal da Cidade de São Paulo - PMSP, por meio da Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito - SMT, da Secretaria Executiva de Transporte e Mobilidade Urbana - SETRAM e da Secretaria Municipal da Fazenda - SF, a Empresa atuou na gestão e implantação de políticas públicas para o Setor nas questões relacionadas aos financiamentos e necessidades de recursos financeiros.

No que se refere ao Tribunal de Contas, Conselhos de Administração e Fiscal, Comitê de Auditoria Estatutária e auditoria externa, atuou com o acompanhamento, suporte e subsídio de informações consolidadas para a nossa gestão e para o gerenciamento do Sistema de Transporte da Cidade.

Com relação aos fornecedores de produtos e serviços, incluindo as Concessionárias para execução dos serviços de transporte público, foram realizados os pagamentos, colaborando na manutenção de obrigações contratuais. Sobre o Plano de Investimentos, garantimos a execução financeira dos programas voltados à ampliação, manutenção e modernização da infraestrutura dos transportes, o que colaborou para prioridade do transporte coletivo sobre o individual.

Em 2023, a SPTrans foi responsável pela gestão de um orçamento total de R\$ 11,5 bilhões que foram utilizados na manutenção da Empresa, por meio do contrato de prestação de serviços firmado com a SMT, na manutenção e operação do Sistema de Transporte e nos Programas de Investimentos.

### SISTEMA DE TRANSPORTE

Em 2023, foram utilizados R\$ 10,7 bilhões para os investimentos e pagamentos das despesas para o funcionamento ininterrupto dos serviços no Sistema de Transporte.

### Recitas

A receita total do Sistema de Transporte apresentou redução de R\$ 167,5 milhões (-3%) em comparação ao ano anterior, e está relacionada diretamente à diminuição da receita de catraca e receita com a venda de créditos eletrônicos, devido ao restabelecimento do benefício da gratuidade aos idosos com idade igual ou superior a 60 anos (Decreto Municipal nº 62.057, de 14 de dezembro de 2022). Além disso, em dezembro de 2023, a partir de 17/12/2023 (inclusive), foi implantado o "Domingão Tarifa Zero", por meio do Decreto Municipal nº 63.019, de 12 de dezembro de 2023, que determina a isenção do pagamento da tarifa aos domingos, feriados do Natal (25/12), Ano Novo (01/01) e Aniversário da Cidade de São Paulo (25/01).

### Despesas

Em 2023, o desembolso com a remuneração das Concessionárias do Sistema de Transporte teve aumento de 2% quando comparado ao ano anterior, onde o reajuste contratual na data base maio de 2022 foi de 22,25% (exceto para o Lote Local de Articulação Regional O - AR0 que foi de 18,09%). No quadro a seguir, são demonstrados os itens de despesa e sua participação no total. Isso foi devido à redução nos índices de inflação, que em maio de 2023, mês de reajuste dos contratos com as Concessionárias do Sistema de Transporte, a tarifa de remuneração foi recalculada em 0,53%, a exceção da tarifa de remuneração do lote AR0, que tem cálculo diferenciado devido à operação da frota pública de ônibus que foi corrigido em 0,62%. Além disso, o desembolso inclui o pagamento no valor de R\$ 157,9 milhões referentes à 2022 e, devido aos recursos recebidos em 2023 como Compensações Tarifárias que subsidiaram o transporte público, não foram suficientes, o fluxo de caixa do Sistema de Transporte encerrou o exercício com saldo remanescente de R\$ 237,8 milhões.

O Serviço Atende+ fornece os atendimentos especializados de vans adaptadas e táxis acessíveis para o transporte de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, para a execução dessa atividade, o orçamento inicialmente autorizado foi de R\$ 130,0 milhões. Devido à necessidade de manutenção da prestação de serviços e cumprimento contratual, o valor total da despesa com o serviço prestado foi de R\$ 150,2 milhões no ano, havendo a suplementação de R\$ 20,2 milhões para suprir tal despesa.

### Desembolso com o Sistema de Transporte 2021/2022/2023 (valores em R\$ Mil)

Sistema de Transporte	2021	%*	2022	%*	2023	%*
Frota Contratada	7.573.957	96,96	10.012.229	96,77	10.205.179	98,63
Sistema PASEI	6.463	0,08	5.293	0,05	6.427	0,06
Serviço ATENDE	107.591	1,38	142.118	1,37	150.191	1,45
Serviço Complementar	-	-	688	0,01	142	0,00
SPTrans - LEI	20.722	0,27	24.141	0,23	23.982	0,23
13.241/01 (Ger. 3,5%)	-	-	0	-	0	-
Gerenc. Créditos	-	-	-	-	-	-
Eletr.	18.606	0,24	22.248	0,22	22.309	0,22
Comercialização	7.590	0,10	9.775	0,09	10.731	0,10
Despesas gerais	76.747	0,98	106.757	1,03	116.897	1,13
Operação de bilheterias	-	-	-	-	-	-
Operação de terminais	-	-	23.540	0,23	143.881	1,39
<b>Desembolso Total</b>	<b>7.811.676</b>	<b>100</b>	<b>10.346.789</b>	<b>100</b>	<b>10.679.739</b>	<b>100</b>

Fonte: Superintendência Financeira

Obs.: \* Comparativo da despesa individual sobre a despesa total

### Recursos Recebidos

O total de recursos recebidos no exercício foi de R\$ 5,6 bilhões, que representa um acréscimo de 7,2% em relação a 2022. O aumento se destacou pelo crescimento de 8,4% das Compensações Tarifárias do Sistema de Transporte, que representam 94% dos recursos. Ressaltamos que, conforme mencionado anteriormente, em 2023, foi pago o montante de R\$ 157,9 milhões referentes a 2022. Os valores de recursos recebidos como Compensações Tarifárias que subsidiaram o transporte público não foram suficientes e o fluxo de caixa do Sistema de Transporte encerrou o exercício com saldo remanescente de R\$ 237,8 milhões.

### PLANO DE INVESTIMENTOS

São os programas e projetos de aprimoramento da infraestrutura do Sistema de Transporte que foram potencializados por meio de investimentos que permitiram a sua estruturação e consolidação, e a melhoria da Mobilidade Urbana, por meio da Implantação e Requalificação de Corredores e de Terminais de Ônibus, definidos como prioridades pela Administração Pública, cuja execução é delegada à SPTrans.

Em 2023, o total de recursos utilizados foi de R\$ 325,2 milhões para manutenção, requalificação, ampliação e construção de Terminais de Ônibus, Corredores, Faixas Exclusivas de Ônibus, Rede de Trólebus e Pontos de Paradas que são componentes da infraestrutura que permitem o funcionamento do Sistema de Transporte. Os recursos para implementação dos programas, estudos e projetos referentes ao Plano de Investimentos são disponibilizados por meio de dotações específicas e não alteram o patrimônio da SPTrans.

### GESTÃO DA RECEITA E REMUNERAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE Passageiros Transportados

Em 2023, apresentou aumento no volume de passageiros transportados em torno de 1,46%, em relação a 2022, que representa um acréscimo de 30 milhões de embarques no ano.

### Quadro - DEMANDA DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS

Período	2022	2023*	Var. % (2023/2022)
Anual (em bilhões)	2,05	2,08	1,46%
Média Mensal (em milhões)	170,85	173,34	1,46%
Média Dia Útil (em milhões)	6,874	7,028	2,25%

Fonte: Gerência de Programação Econômico-Financeira  
(\*) Dados sujeitos a alterações em função de novos processamentos no sistema de bilheteira eletrônica referentes aos últimos meses do ano.

### Recita Total do Sistema de Transporte

A recita tarifária (venda de créditos eletrônicos, recita na catraca e recita com cartões bancários), em valor corrente, apresentou em 2023 redução de aproximadamente R\$ 180 milhões (-3,56%) em relação a 2022. A recita tarifária média por

passageiro transportado apresentou variação negativa de 4,86% na comparação com 2022. Esse resultado está relacionado com o fato da menor representatividade dos passageiros pagantes em razão da maior utilização das passagens com gratuidades.

A participação das gratuidades no total de passagens passou de 16% em 2022 para 21% em 2023, na média anual, aumento justificado pela concessão da gratuidade para idosos entre 60 e 64 anos e aos domingos.

Em dezembro de 2023, a partir do domingo 17/12/2023 (inclusive), foi implantado o programa "Domingão Tarifa Zero". O Decreto Municipal nº 63.019, de 12 de dezembro de 2023, instituiu isenção tarifária aos domingos e nos feriados de Natal, Ano Novo e Aniversário da Cidade (25 de janeiro), na rede de linhas noturnas e diurnas da Cidade de São Paulo. A renúncia de receita fica em torno de R\$ 5 milhões por domingo.

### Quadro - RECEITA TARIFÁRIA DO SISTEMA DE TRANSPORTE DE ÔNIBUS - REGIME DE CAIXA (VALORES CORRENTES EM R\$ BILHÕES)

	2022	2023	Var. % (2023/2022)
Recita Tarifária (em R\$ bilhões)	5,06	4,88	-3,56%
Recita Tarifária Média por Passageiro	2,47	2,35	-4,86%

Fonte: Gerência de Programação Econômico-Financeira

### Reajuste Tarifário

Em 2023, não houve reajuste da tarifa para o usuário, sendo mantida a tarifa básica de R\$ 4,40, além das demais tarifas, fato que ocorre desde 2021 (em 2020 foi o último reajuste tarifário).

### Remuneração das Concessionárias

Refere-se à remuneração das Concessionárias, incluindo o Serviço Atende+. Para efeito de análise, excluiu-se do montante de 2022, o valor de R\$ 531,4 milhões, relativo a 2021 e transferiu-se de 2023 para 2022, o montante de R\$ 157,9 milhões, pago em 2023, relativo a 2022. Ainda, para efeito de análise foi considerado em 2023 o pagamento de remuneração de R\$ 237,8 milhões que ficou pendente em dezembro de 2023.

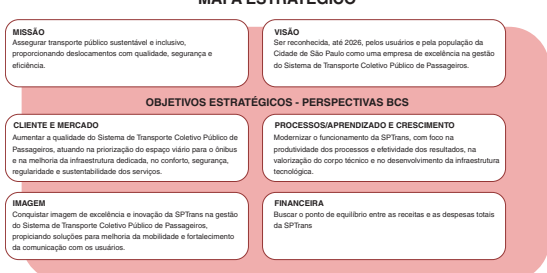
Nesse contexto, o valor de remuneração de 2023 apresentou um aumento de 6,65%, R\$ 650 milhões em relação a 2022 (R\$ 10,43 - R\$ 9,78).

### PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021 - 2024

Alinhado aos planos municipais e ao Termo de Compromisso de Desempenho Institucional firmado com a PMSP e com fundamento no atendimento a Lei nº 13.303/16, a SPTrans mantém seu Planejamento Estratégico, estabelecendo os compromissos para atender aos objetivos de políticas públicas.

Em 2023, desde a sequência à execução e monitoramento das ações para atendimento das metas estabelecidas em nosso Plano de Metas, alinhado ao Compromisso de Desempenho Institucional, com vigência para o período de 2021-2026, aos nossos Objetivos Estratégicos, ao Plano de Metas da PMSP - PdM 2021/2024 e aos demais compromissos assumidos pela Empresa.

### MAPA ESTRATÉGICO



Em decorrência da revisão programática do Plano de Metas da PMSP, nosso quadro geral foi alterado para um total de 88 metas e projetos a serem alcançados no período.

### NOSSO NEGÓCIO

GRANDES NÚMEROS



Fonte: Superintendência de Planejamento Estrutural e Avaliação de Transporte

### PLANEJAMENTO ESTRUTURAL DO SISTEMA DE TRANSPORTE

Sob orientação da Secretaria Executiva de Transporte e Mobilidade Urbana - SETRAM e da Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito - SMT, a SPTrans elabora e atualiza planos e projetos de componentes do planejamento da rede de transporte coletivo público do Município de São Paulo - MSP, compatibilizando-os com outros planos e projetos da Prefeitura do Município, do Governo do Estado e do Governo Federal, visando a conformidade com as políticas e diretrizes do desenvolvimento urbano e da mobilidade urbana. Com esse objetivo, são elaborados planos e estudos técnicos que se constituem em projetos e propostas relacionados ao transporte coletivo público urbano.

**Aquático: Sistema de Transporte Público Hidroviário na Represa Billings**  
O Aquático - Sistema de Transporte Público Hidroviário na Represa Billings é um dos projetos da Prefeitura de São Paulo que constam do PdM 2021-2024 (Meta 44), para atendimento das áreas urbanizadas no entorno da Represa Billings, em sua fase inicial entre os bairros de Cooxía e Pedreira.

O Aquático - SP será o primeiro modo de transporte público coletivo sobre águas da Cidade. Prevê a construção dos atracadouros, terminais de ônibus, viário de acesso e corredores de ônibus para conexão à rede de transporte público, com utilização do Bilhete Único.

O projeto leva em conta as necessidades humanas, como mobilidade, acessibilidade, liberdade, segurança e inclusão social, estando em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em especial o ODS - Reduzir as Desigualdades.

Projetos no setor de mobilidade urbana devem servir à promoção da inclusão social e o acesso aos serviços básicos e equipamentos sociais. Além disso, devem atender ao princípio da universalidade do serviço, mas compreender as perspectivas de raça e gênero neste contexto.

O projeto Aquático irá atender a uma população extremamente vulnerável, em sua maioria mulheres negras.

A redução da vulnerabilidade social, também, passa pelo conceito de inclusão territorial, no qual o poder público deve fazer esforços para reduzir as distâncias entre casa, trabalho e lazer, melhorando a condição de vida do indivíduo e de suas famílias.

O Projeto Aquático busca uma efetiva mudança na vida dos usuários do transporte coletivo, reduzindo o tempo de deslocamento, facilitando sua conexão com os demais modos de transporte coletivo - corredores de ônibus e linhas metro-ferroviárias disponíveis na zona sul, aproximando bairros e mudando a relação da população de ambas as margens da região da Represa Billings com o Aquático. Considerando a população absoluta na área de influência do projeto, o Projeto SP deverá beneficiar cerca de 385 mil pessoas.

### RELATÓRIO DE ASSEGURAÇÃO LIMITADA DOS AUDITORES INDEPENDENTES

requisitos de independência e que o trabalho seja executado com o objetivo de obter segurança limitada de que as informações de sustentabilidade constantes do Relatório Integrado da Administração, tomadas em conjunto, estão livres de distorções relevantes.

Um trabalho de asseguarção limitada conduzido de acordo com a NBC TO 3000 (ISAE 3000) consiste principalmente de indagações à administração da SPTrans e outros profissionais da SPTrans que estão envolvidos na elaboração das informações constantes do Relatório Integrado da Administração, assim como pela aplicação de procedimentos analíticos para obter evidência que nos possibilita concluir, na forma de asseguarção limitada, sobre as informações contidas no relatório, tomadas em conjunto.

Um trabalho de asseguarção limitada requer, também, a execução de procedimentos adicionais, quando o auditor independente toma conhecimento de assuntos que o levem a acreditar que as informações de sustentabilidade constantes do Relatório Integrado da Administração, tomadas em conjunto, podem apresentar distorções relevantes.

Os procedimentos selecionados basearam-se na nossa compreensão dos aspectos relativos à compilação e apresentação das informações constantes do Relatório Integrado da Administração e da nossa consideração e entendimento sobre áreas onde distorções relevantes poderiam existir. Os procedimentos compreendiam:

- a) O planejamento dos trabalhos, considerando a relevância, o volume de informações quantitativas e qualitativas e os sistemas operacionais e de controles internos que serviram de base para a elaboração das informações constantes do Relatório Integrado da Administração da SPTrans;
- b) O entendimento da metodologia de cálculos e dos procedimentos para a compilação dos indicadores, através de entrevistas com os gestores responsáveis pela elaboração das informações;

### BALANÇO PATRIMONIAL EM DEZEMBRO (em milhares de reais)

ATIVO	Reapresentado		PASSIVO	Reapresentado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022		31 de dezembro de 2023	01 de janeiro de 2022
<b>CIRCULANTE</b>			<b>CIRCULANTE</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	434.509	365.315	Fornecedores	59.302	59.302
Caixa e equivalentes de caixa valores gerenciados	(Nota 6 I)	168.886	Obrigações trabalhistas	175.968	72.392
Contas a receber	(Nota 7)	45.031	Parcelamentos consolidados - Parcelamento Lei 11.941/2009	1.194.129	1.194.129
Contas a receber gerenciadas	(Nota 5)	2.688	Contribuição social a pagar	7.838	1.473
Outros créditos	(Nota 8)	54.224	Arrendamentos	61.301	74.049
Despesas do exercício seguinte		2.460	Outras exigibilidades	1.494	753
			Outras exigibilidades gerenciadas		
			Férias e encargos sociais		
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
Realizável a longo prazo	508.008	614.321	Parcelamentos consolidados - Parcelamento Lei 11.941/2009		
Depósitos judiciais	6.848	7.994	Créditos de acionistas		
Contas a receber	(Nota 7)	57.796	Provisão para passivos contingentes		
Outros créditos	(Nota 8)	2.739	Indenizações judiciais		
			Contribuição social diferida		
			Arrendamentos		
			Outras exigibilidades		
<b>INVESTIMENTOS</b>			<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		
Propriedades para investimento	(Notas 9)	349.338	449.832		
Imobilizável	(Notas 10)	50.825	68.665		
Intangível	(Notas 11)	40.404	22.320		
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>942.517</b>	<b>979.636</b>	<b>429.878</b>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Número Zona	Nome Zona	População	% População	Área (ha)	Densidade Populacional (Pop/ha)
284	Mar Paulista	51.001	13	549	92,96
285	Pedreira	106.280	28	1.303	81,59
294	Cooxía	113.477	29	1.093	103,79
295	Belmiria Marim	114.180	30	1.237	92,32
<b>Total</b>		<b>384.938</b>	<b>100</b>	<b>4.182</b>	<b>92,06</b>

População da Área de Influência do Transporte Hidroviário e quantidade de residentes por zona

Fonte: Pesquisa Origem e Destino (OD/2017)

### Renovação da Frota do Sistema de Transporte

Renovar a frota significa melhorar as condições de conforto, segurança e confiabilidade dos serviços de transporte coletivo público de passageiros oferecidos aos usuários. Com base nessa premissa, em 2023, foram incluídos no Sistema de Transporte, 1.049 veículos zero quilômetro, sendo que desses, 59 são veículos movidos à bateria. No que tange à frota acessível, manteve-se no percentual que 2022, em 100% da frota.

### Informações Cadastrais da Frota e dos Operadores

A SPTrans mantém o cadastro da frota patrimonial do Sistema de Transporte, referente às Concessionárias, controlando as inclusões, exclusões e substituições de veículos, de acordo com suas características e tecnologias.

Informações Cadastrais	2022	2023	Varição %
Frota Patrimonial	13.292	13.300	-
Inclusão de Veículo 0 KM (Diesel)	709	990	-
Inclusão de Veículo 0 KM (Bateria)	0	59	-
Frota Acessível	13.292	13.300	-
Frota com Ar-Condicionado	9.999	10.868	8,89%
Frota com porta USB	10.286	12.277	19,36%

Fonte: Área do Cadastro da Frota e dos Operadores

### BALANÇO SOCIAL

#### O papel do Sistema de Transporte por Ônibus

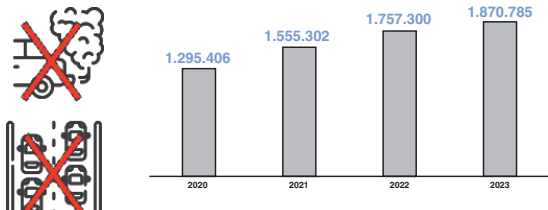
O Sistema de Transporte da Cidade de São Paulo, por sua vez, é constituído por ônibus de responsabilidade do governo municipal, e complementado pela rede de transporte público metropolitana, de competência do governo estadual. A SPTrans, empresa subordinada à Secretaria Executiva de Transportes e Mobilidade Urbana - SETRAM, que, por sua vez, está subordinada à SMT é responsável pela gestão do sistema de ônibus, atuando para promover o planejamento do sistema e a programação de linhas e frota, a fiscalização, a arrecadação, a contratação e a remuneração das Concessionárias. De acordo com a Pesquisa Origem e Destino 2017 são realizadas, diariamente, 10,4 milhões de viagens de transporte público em São Paulo, sendo 5,5 milhões de viagens no modo ônibus municipal, o que representa 53% das viagens por modo coletivo e 21% das viagens totais no município.

Esse Sistema pode ser considerado, senão o maior, um dos maiores do mundo. Atualmente a cidade conta com uma frota patrimonial de cerca de 13.600 ônibus, atendendo à população por meio de 1.300 linhas, com uma cobertura viária em torno de 4.600 km. Desse, 131,2 km possuem tratamento de corredor exclusivo, com diferentes níveis de segregação e prioridade para ônibus e mais 583,36 km possuem prioridade operacional das faixas exclusivas para ônibus. No restante dos 4.600 km de extensão viária utilizados, os ônibus operam de forma compartilhada com os demais veículos, estando sujeito a variações nas condições operacionais e congestionamentos que afetam todo o sistema de circulação da cidade. É nesse cenário que o Sistema de Transporte por Ônibus opera 24 horas por dia, como principal modo de transporte público da cidade, realizando cerca de 160 mil viagens em dias úteis, chegando à áreas que não seriam acessíveis por outros modais, pela sua maior flexibilidade no atendimento.

Reforçando a importância do Sistema de Transporte para o deslocamento da população na Cidade de São Paulo, pode-se estimar a quantidade de automóveis que seriam inseridos nas ruas da cidade, caso todas as pessoas que utilizam o sistema de transporte por ônibus passassem a utilizar automóveis.

É constatado que, com base na taxa média de ocupação dos veículos particulares disponíveis na Pesquisa Origem-Destino de 2017, aproximadamente 1,9 milhão de automóveis seriam adicionados às vias da cidade em 2023, caso o Sistema de Transporte de São Paulo não estivesse em funcionamento.

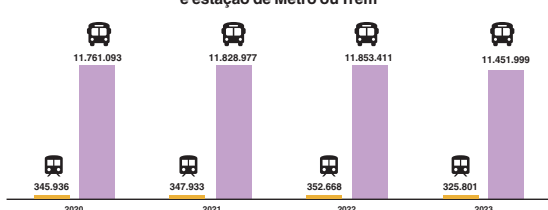
### Carros equivalentes retirados de circulação



### Atendimento da Rede de Transporte por Ônibus

Aproximadamente 12 milhões de pessoas têm acesso à rede de transporte por ônibus em até 300 metros de sua residência, o que representa 95,7% da população da Cidade. Esse resultado reforça o conceito da alta capilaridade do sistema de ônibus.

### População residente em até 300m de um ponto de Ônibus e estação de Metrô ou Trem

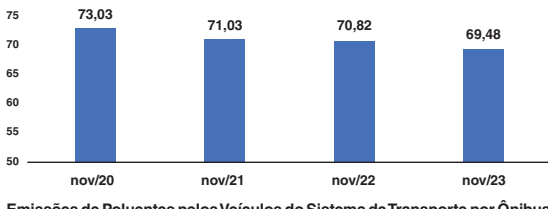


### Permeabilidade do Sistema de Transporte Público por Ônibus

O Índice de Permeabilidade do Transporte Coletivo (IPTC), que mede as condições de atendimento do transporte público por região da cidade, obteve redução de 1,12 ponto percentual, quando comparados o resultado de novembro/2023 em relação a novembro/2022, último mês típico de cada ano.

Apesar do resultado positivo em 2020, esse foi considerado atípico para fins de comparação, devido aos impactos da pandemia no Sistema de Transporte, que alterou resultados de importantes indicadores, como ocupação dos veículos, acesso aos empregos e intervalos médios das linhas, em decorrência da redução da demanda por transporte público e da melhoria das condições de velocidade nas vias, resultado das medidas de restrição da circulação de pessoas pela Cidade.

### Índice de Permeabilidade do Transporte Coletivo



### Emissões de Poluentes pelos Veículos do Sistema de Transporte por Ônibus

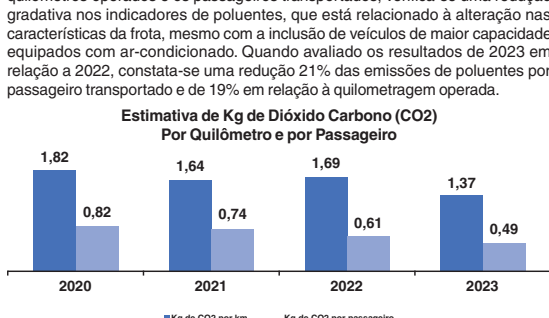
Com o Plano de Ação Climática de São Paulo (PlanCima 2020-2050) o Município de São Paulo reafirmou - inclusive perante os governos locais de outras nações - seu compromisso com as metas de redução de emissões de gases poluentes e de efeito estufa.

https://transparencia.metrosp.com.br/dataset/pesquisa-origem-e-destino/resource/4362ea3-c0aa-410a-a32b-37355c091075

Por compreender os fluxos que movimentam a economia, a participação do transporte nas atividades produtivas define, em si, um grande impacto sobre o ambiente. Essa dimensão do transporte na dinâmica social decorre da natureza de um processo produtivo fundamentalmente dependente dos deslocamentos físicos de cargas e, principalmente, de pessoas.

Os compromissos assumidos pela PMSP se traduziram, em seu Plano de Metas 2021-2024 em metas e iniciativas de redução da emissão de poluentes e gases de efeito estufa pela frota de ônibus do transporte público municipal. Comparando-se as estimativas de emissões de CO<sub>2</sub> - Dióxido de Carbono pelos ônibus do Sistema de Transporte entre os anos de 2020 e 2023 associados aos quilômetros operados e os passageiros transportados, verifica-se uma redução gradativa nos indicadores de poluentes, que está relacionado à alteração nas características da frota, mesmo com a inclusão de veículos de maior capacidade equipados com ar-condicionado. Quando avaliado os resultados de 2023 em relação a 2022, constata-se uma redução 21% das emissões de poluentes por passageiro transportado e de 19% em relação à quilometragem operada.

### Estimativa de Kg de Dióxido Carbono (CO2) Por Quilômetro e por Passageiro





DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (em milhares de reais)							DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS (em milhares de reais)				DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE (em milhares de reais)			
	Capital social realizado	Correção monetária do capital	Reserva de capital		Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Adiantamentos para aumento de capital	Total	Reapresentado		31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2023	Reapresentado 31 de dezembro de 2022
			Doações e subvenções p/ investimentos	Reserva de reavaliação					31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022				
<b>Saldos em 01/ janeiro de 2022</b>	1.399.373	-	-	2.714	58.170	(1.338.347)	-	121.910	-	-	121.910	-	-	-
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	56.975	-	56.975	-	-	56.975	-	-	-
<b>Saldos de abertura ajustado</b>	1.399.373	-	-	2.714	58.170	(1.281.372)	-	178.885	-	-	178.885	-	-	-
Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	(1.753)	-	1.753	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial CSLL diferida	-	-	-	-	406.368	-	-	406.368	-	-	406.368	-	-	-
Resultado do exercício (reapresentado)	-	-	-	-	-	(36.573)	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>SALDOS EM 2022</b>	1.399.373	-	-	2.714	56.417	369.795	(1.432.980)	-	-	-	395.319	-	-	-
Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	(6.845)	-	6.845	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(91.450)	-	91.450	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	(107.630)	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>SALDOS EM 2023</b>	1.399.373	-	-	2.714	49.572	278.345	(1.442.315)	-	-	-	287.689	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (em milhares de reais)						
	Reapresentado 31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	DESCRIÇÃO	Reapresentado 31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	
<b>1 - RECEITAS</b>			<b>6- VALOR ADICIONADO RECEBIDO</b>			
Prestação de serviços	303.482	333.910	<b>EM TRANSFERÊNCIA</b>			
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - Reversão/(Constituição)	2	-	Outras receitas/despesas financeiras	21	282	
Resultados extraordinários	84.692	74.006	Receitas financeiras	19.418	64.995	
Outras Receitas	85.121	14.370	Ajuste de avaliação patrimonial	(91.450)	-	
	473.297	422.286	Operações descontinuadas	-	14.626	
			Outras operações	85.199	-	
<b>2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>			Receitas de Aluguéis	24.402	24.357	
Materiais consumidos	(4.095)	(4.482)		37.590	104.260	
Custo dos serviços vendidos	(15.970)	(19.474)				
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(143.424)	(260.556)				
Perda/Recuperação de valores ativos	(277)	(2)				
	(163.766)	(284.514)				
<b>3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1+2)</b>	309.531	137.772				
<b>4 - RETENÇÕES</b>						
Amortização	(6.087)	(3.121)				
Depreciação	(4.358)	(6.732)				
	(10.445)	(9.853)				
<b>5- VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3+4)</b>	299.086	131.040				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (em milhares de reais)			
<b>1. Contexto Operacional:</b> A São Paulo Transporte S.A., sociedade anônima de economia mista de capital fechado, inscrita no CNPJ sob nº 60.498.417/0001-58, constituída pelo Decreto - Lei Municipal nº 365 de 10 de outubro de 1946, tem por objetivo o planejamento, a fiscalização e o gerenciamento do serviço público de transportes coletivos de passageiros, conforme sua disciplina a matéria. As demonstrações contábeis da Sociedade devem ser interpretadas dentro do contexto em que a Sociedade atua como agente do poder público municipal, o que limita a forma de condução da política de obtenção e gestão de seus recursos econômico-financeiros. A Administração avaliou a capacidade em continuar operando normalmente, e vem trabalhando para garantir serviços de qualidade, estando preparando para continuar atendendo às demandas, para preservar a regularidade de suas atividades e a continuidade de suas operações, possuindo condições para dar continuidade a seus negócios no futuro. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.			
<b>2. Apresentação das Demonstrações Contábeis</b> As demonstrações contábeis são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com a legislação societária (Lei 6.404/76 com modificações introduzidas pela Lei 11.638/07 e suas alterações posteriores, pela Lei nº 11.941/09 e pela Lei nº 13.303/16) e com as normas e pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e reconhecido pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Sociedade e também, a sua moeda de apresentação. Todas as informações contábeis apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.			
<b>3. Principais Práticas Contábeis</b> <b>3.1. Ativo circulante</b> 3.1.1. Aplicações financeiras - (recursos próprios) são registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, de acordo com as taxas pactuadas com as instituições financeiras até o limite de seu valor de mercado. 3.1.2. Provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa - constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas com valores a receber. 3.1.3. Demais ativos - são apresentados pelo menor valor entre o custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e variações monetárias auferidas. 3.1.4. Contas gerenciadas - são contas administradas pela Sociedade, onde os recursos registrados são pertencentes a terceiros, tal como menciona a Nota 5.			
<b>3.2. Ativo não circulante</b> 3.2.1. Investimentos - são registrados pelo custo de aquisição. 3.2.2. Propriedade para investimento 3.2.2.1. As propriedades para investimento são propriedades mantidas para obter renda com aluguéis e/ou valorização do capital. As propriedades para investimento são mensuradas inicialmente ao custo, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, as propriedades para investimento são mensuradas ao valor justo. Os ganhos e as perdas resultantes de variações no valor justo de uma propriedade para investimento são reconhecidos no resultado do período em que ocorrem. Uma propriedade para investimento é baixada após a alienação ou quando é permanentemente retirada de uso e não há benefícios econômicos futuros resultantes da alienação. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do imóvel (calculado como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido no resultado do período em que o imóvel é baixado. 3.2.3. Contribuição Social sobre Lucro Líquido - diferido 3.2.3.1. Sobre o ganho obtido na avaliação de propriedade para investimento, foi registrada a provisão para pagamento deste imposto que deverá ser liquidado quando da realização destas propriedades. 3.2.3.2. No que respeita ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, a São Paulo Transporte S.A. é detentora de imunidade decorrente de previsão constitucional em razão de a Sociedade prestar serviço público essencial e indelégável. O processo de iminência tributária da SPTrans que reconheceu o direito bem como determinou a devolução dos valores pagos anteriormente a título de IRPJ é o de			
<b>3.3. Principais Práticas Contábeis</b> 3.3.1. Aplicações financeiras - (recursos próprios) são registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, de acordo com as taxas pactuadas com as instituições financeiras até o limite de seu valor de mercado. 3.3.1.2. Provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa - constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas com valores a receber. 3.3.1.3. Demais ativos - são apresentados pelo menor valor entre o custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e variações monetárias auferidas. 3.3.1.4. Contas gerenciadas - são contas administradas pela Sociedade, onde os recursos registrados são pertencentes a terceiros, tal como menciona a Nota 5.			
<b>3.2. Ativo não circulante</b> 3.2.1. Investimentos - são registrados pelo custo de aquisição. 3.2.2. Propriedade para investimento 3.2.2.1. As propriedades para investimento são propriedades mantidas para obter renda com aluguéis e/ou valorização do capital. As propriedades para investimento são mensuradas inicialmente ao custo, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, as propriedades para investimento são mensuradas ao valor justo. Os ganhos e as perdas resultantes de variações no valor justo de uma propriedade para investimento são reconhecidos no resultado do período em que ocorrem. Uma propriedade para investimento é baixada após a alienação ou quando é permanentemente retirada de uso e não há benefícios econômicos futuros resultantes da alienação. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do imóvel (calculado como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido no resultado do período em que o imóvel é baixado. 3.2.3. Contribuição Social sobre Lucro Líquido - diferido 3.2.3.1. Sobre o ganho obtido na avaliação de propriedade para investimento, foi registrada a provisão para pagamento deste imposto que deverá ser liquidado quando da realização destas propriedades. 3.2.3.2. No que respeita ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, a São Paulo Transporte S.A. é detentora de imunidade decorrente de previsão constitucional em razão de a Sociedade prestar serviço público essencial e indelégável. O processo de iminência tributária da SPTrans que reconheceu o direito bem como determinou a devolução dos valores pagos anteriormente a título de IRPJ é o de			

COMPOSIÇÃO DE SALDO						
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
<b>ATIVO</b>						
<b>CIRCULANTE</b>	321.467	43.848	365.315	179.348	55.279	234.627
Caixa e equivalentes de caixa	102.330	-	102.330	59.302	-	59.302
Caixa e equivalentes de caixa valores gerenciados	175.968	-	175.968	72.392	-	72.392
Contas a receber	16.384	-	16.384	26.658	-	26.658
Contas a receber gerenciadas	7.838	-	7.838	1.473	-	1.473
Outros créditos	17.453	43.848	61.301	18.770	55.279	74.049
Despesas do exercício seguinte	1.494	-	1.494	753	-	753
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	614.321	-	614.321	195.251	-	195.251
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	73.446	-	73.446	82.945	-	82.945
Depósitos judiciais	7.994	-	7.994	9.878	-	9.878
Contas a receber	62.316	-	62.316	69.146	-	69.146
Outros créditos	3.136	-	3.136	3.921	-	3.921
<b>INVESTIMENTOS</b>	58	-	58	58	-	58
<b>PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO</b>	449.832	-	449.832	-	-	-
<b>IMOBILIZADO</b>	68.665	-	68.665	111.527	-	111.527
<b>INTANGÍVEL</b>	22.320	-	22.320	721	-	721
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	935.788	43.848	979.636	374.599	55.279	429.878
<b>COMPOSIÇÃO DE SALDO</b>						
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
<b>PASSIVO</b>						
<b>CIRCULANTE</b>	21.410	(22.099)	259.311	150.122	(1.696)	148.426
Fornecedores	20.373	-	20.373	22.389	-	22.389
Obrigações trabalhistas	36.452	(23.181)	13.271	18.231	(2.603)	15.627
Parcelamentos consolidados - Parcelamento Lei 11.941/2009	3.709	-	3.709	3.493	-	3.493
Contribuição social a pagar	1.580	1.082	2.662	-	907	907
Outras exigibilidades	4.964	-	4.964	5.424	-	5.424
Outras exigibilidades gerenciadas	183.806	-	183.806	73.865	-	73.865
Férias e encargos sociais	30.526	-	30.526	26.721	-	26.721
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	325.006	-	325.006	102.567	-	102.567
Parcelamentos consolidados - Parcelamento Lei 11.941/2009	7.412	-	7.412	10.435	-	10.435
Créditos de acionistas	1.369	-	1.369	36.683	-	36.683
Provisão para passivos contingentes	247.414	-	247.414	53.079	-	53.079
Indenizações judiciais	30.813	-	30.813	-	-	-
Contribuição social diferida	36.573	-	36.573	-	-	-
Outras exigibilidades	1.425	-	1.425	2.370	-	2.370
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	606.416	(22.099)	584.317	252.689	(1.696)	250.993
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>						
Capital social realizado	1.399.373	-	1.399.373	1.399.373	-	1.399.373
Capital social autorizado	1.966.770	-	1.966.770	1.966.770	-	1.966.770
Capital a subscrever	(567.397)	-	(567.397)	(567.397)	-	(567.397)
Reserva de capital	2.714	-	2.714	2.714	-	2.714
Ajustes de avaliação patrimonial	369.795	-	369.795	-	-	-
Reserva de reavaliação - Terrenos	56.417	-	56.417	58.170	-	58.170
Prejuízos acumulados	(1.498.927)	65.947	(1.432.980)	(1.338.347)	56.975	(1.281.372)
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	329.372	65.947	395.319	121.910	56.975	178.885
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	935.788	43.848	979.636	374.599	55.279	429.878

COMPOSIÇÃO DE SALDO						
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
<b>Demonstração do Resultado do exercício</b>						
<b>Receita operacional líquida</b>	341.420	-	341.420	(162.333)	8.972	(153.361)
Custo dos serviços prestados:						
com pessoal	(235.087)	-	(235.087)	1.753	-	1.753
com materiais	(3.873)	-	(3.873)	-	-	-
com utilidades e serviços	(24.589)	-	(24.589)	-	-	-
com manutenção e reparos gerais e administrativos	(561)	-	(561)	-	-	-
depreciações/amortizações	(5.545)	-	(5.545)	-	-	-
<b>Resultado bruto</b>	(269.781)	-	(269.781)	-	-	-
Recargas (despesas) operacionais:						
com pessoal	(95.451)	-	(95.451)	-	-	-
com materiais	(609)	-	(609)	-	-	-
com utilidades e serviços	(24.377)	-	(24.377)	-	-	-
com manutenção e reparos gerais e administrativos	(4.627)	-	(4.627)	-	-	-
reembolso de custos da bilhetagem	56.881	-	56.881	-	-	-
outras	(172.707)	-	(172.707)	-	-	-
depreciações/amortizações	(1.186)	-	(1.186)	-	-	-
<b>Resultado antes das receitas e despesas financeiras</b>	(202.812)	(260)	(203.072)	-	-	-
Resultados financeiros:						
Recargas	59.823	5.416	65.239	-	-	-
Despesas	(29.896)	9.232	(39.569)	-	-	-
<b>Resultado antes das variações patrimoniais</b>	(172.475)	8.972	(163.503)	-	-	-
Outros resultados						
Operações descontinuadas	14.626	-	14.626	-	-	-
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>	(157.849)	8.972	(148.877)	-	-	-
Despesa com CSLL	(4.484)	-	(4.484)	-	-	-
<b>Resultado líquido do exercício</b>	(162.333)	8.972	(153.361)	-	-	-

COMPOSIÇÃO DE SALDO						
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
<b>Demonstração do Resultado abrangente</b>						
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>	(162.333)	8.972	(153.361)	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação do exercício	(160.580)	8.972	(151.608)	-	-	-
<b>COMPOSIÇÃO DE SALDO</b>						
<b>Demonstração do Valor Adicionado</b>						
<b>1 - RECEITAS</b>						
Prestação de serviços	333.910	-	333.910	-	-	-
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	-	-
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - Reversão/(Constituição)	-	-	-	-	-	-
Resultados extraordinários	74.006	-	74.006	-	-	-
Outras Receitas	14.370	-	14.370	-	-	-
<b>2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>						
Materiais consumidos	(4.482)	-	(4.482)	-	-	-
Custo dos serviços vendidos	(19.474)	-	(19.474)	-	-	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(245.669)	(14.887)	(260.556)	-	-	-
Perda/Recuperação de valores ativos	(2)	-	(2)	-	-	-
<b>3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1+2)</b>	269.627	(14.887)	(284.514)	-	-	-
<b>4 - RETENÇÕES</b>						
Amortização	(3.121)	-				



	dez/23	dez/22
CSLL de 2021	1.185	1.082
CSLL do mês	-	1.580
<b>Total</b>	<b>1.185</b>	<b>2.662</b>

**14. Outras exigibilidades**

A composição destas outras exigibilidades está descrita abaixo:

Item	2021	2022
<b>Circulante</b>		
Obrigações diversas	1.715	1.714
Valores a pagar - TADF Empresas Municipais	1.124	1.069
Arrecadações em folha de pagamento	778	721
Impostos e contribuições retidos na fonte - fornecedores	614	780
Cauções por contratos	534	388
Arrendamentos e aluguéis a pagar	332	288
Seguros a pagar	-	4
<b>Total circulante</b>	<b>5.097</b>	<b>4.964</b>
<b>Não circulante</b>		
Valores a pagar - TADF Empresas Municipais	375	1.425
<b>Total não circulante</b>	<b>375</b>	<b>1.425</b>

**15. Outras Exigibilidades - Gerenciadas**

A composição destas outras exigibilidades está descrita abaixo:

Item	2023	2022
Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros - Lei 13.241/01(1)	135.950	167.973
Convênio SMT - obras terminais/corredores	23.222	12.164
Serviço de Transporte Coletivo Público de Passageiros - Decreto 42.184/02	1.356	758
Outras	3.380	2.911
<b>Total</b>	<b>163.908</b>	<b>183.806</b>

(1) Conforme citado na Nota 5, desde a edição da Lei Municipal nº 11.037 de 25/07/1991, substituída pela Lei Municipal nº 13.241 de 12 de dezembro de 2001, a arrecadação tarifária do Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros, nos Substâncias Local e Estrutural, bem como suas respectivas remunerações, não produzem efeitos nos resultados e no patrimônio em razão da Sociedade ser apenas gestora de tais recursos.

Semelhante tratamento é também dispensado a "Gestão Financeira do Serviço de Transporte Coletivo Público de Passageiros" - instituída pelo Decreto Municipal nº 42.184 de 11/07/2002.

**16. Provisão para passivos contingentes.**

A Sociedade possui registrados os processos considerados com perdas prováveis, conforme descrito abaixo:

Descrição	2023	2022
<b>Cíveis:</b>		
Processos movidos por terceiros contra a Sociedade objetivando indenização por perdas e danos.	250.305	209.402
<b>Trabalhistas:</b>		
Ações impetradas por funcionários e ex-funcionários contra a Sociedade por controvérsias no cumprimento da legislação trabalhista em vigor.	47.145	37.352
<b>Tributárias:</b>		
Ação fiscal do INSS e compensação de tributos federais	8.230	660
Valores relativos a PASEP e COFINS que estão sendo compensados através de PERDCOMP (a)	42.721	-
<b>Total</b>	<b>348.401</b>	<b>247.414</b>

A administração da Sociedade, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

Por ter classificação de perda como possível, não estão sendo registradas provisões, ou seja, somente há a divulgação de montantes, conforme prevê a norma

Descrição	Período	Natureza
Cíveis	2019	Demonstração dos balanços dos últimos dez anos.
Tributárias	2017 a 2019	Contribuições previdenciárias e FGTS.
Trabalhistas	2002 a 2023	Pedidos de empregados/ex-empregados e responsabilidade subsidiárias da gestão.
<b>Total</b>		

Por determinação do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, visando maior transparência, informamos a existência de ações judiciais movidas pelas empresas operadoras do Sistema Municipal de Transporte Coletivo, pleiteando diferenças de remuneração inerentes aos contratos de prestação de serviços de transporte coletivo sob a égide da Lei 11.037/91, onde os contratos eram firmados com a antiga CMTc tendo a Prefeitura de São Paulo como anuente na qualidade de acionista majoritária desta Sociedade.

Tais ações são movidas contra a São Paulo Transporte S.A. enquanto gestora do Sistema Municipal de Transportes Coletivos de Passageiros e, ainda, contra a Municipalidade enquanto titular do serviço de transporte.

Quaisquer valores decorrentes de tais ações, que porventura tiverem que ser pagos, deverão ser suportados pela "Conta Sistema" ou por repasse específico da Prefeitura de São Paulo. Os valores estão sendo pagos através de precatórios da Prefeitura de São Paulo.

Conforme parâmetros indicados pela área Jurídica e tirados das decisões judiciais inerentes aos processos de remuneração em fase de execução, é informado à SMT-PMSP o valor total através da planilha "obrigações de risco" constante na proposta orçamentária anual, para que essa realize o necessário

	Saldo devedor	
	Circulante	Não circulante
Adesão 2009	2.117	-
<b>Total</b>	<b>2.117</b>	<b>-</b>

**19. Crédito de Acionistas**

Composto pelos seguintes valores pertencentes ao acionista majoritário, a Prefeitura de São Paulo:

Descrição	2023	2022
Valores referentes ao pagamento de precatórios honrados pela Prefeitura de São Paulo, conforme SEI 6020.2017/0001345-4	1.889	1.369
Despacho Interno DP/SJUI/CGI-031807023	1.889	1.369
<b>Totais</b>	<b>1.889</b>	<b>1.369</b>

**20. Demonstração dos resultados do exercício**

As receitas e despesas são apropriadas obedecendo ao regime de competência, os recursos recebidos e utilizados para aquisição do imobilizado são registrados diretamente contra o resultado.

No total das receitas de Gerenciamento do Sistema está contida a remuneração pelos serviços prestados à Prefeitura de São Paulo pelo gerenciamento operacional, bem como pela remuneração dos custos do gerenciamento das receitas e pagamentos comuns ao Sistema Integrado e aos Serviços Complementares de fiscalização e planejamento operacional, conforme artigo 27, § 2º e 3º da Lei 13.241, de 12/12/2001.

contábil CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

(a) Conforme orientação de nossa área jurídica, os valores compensados com o crédito de PASEP estão registrados na provisão de contingências por serem considerados como obrigações prováveis.

No exercício de 2023, a Sociedade possui os processos considerados com perdas possíveis, conforme descrito abaixo:

Situação	Valor
Ainda não há trânsito em julgado.	756
Ainda não há trânsito em julgado.	4.985
Ainda não há trânsito em julgado.	10.603
<b>Total</b>	<b>16.344</b>

contingenciamento. Há expectativa de perda provável do valor total de R\$ 2.556.274 e como perda possível o montante de R\$ 128.828.

**17. Indenizações Judiciais**

O saldo em aberto se refere a provisões para obrigações relacionadas ao pagamento de indenizações vitalícias. Essas indenizações são pagas mensalmente a pessoas físicas, decorrentes de condenações judiciais cíveis e trabalhistas. O valor dessas obrigações é periodicamente atualizado por uma empresa especializada que emitiu um Laudo Atuarial específico para essa finalidade.

	2023	2022
Provisão atuarial	23.115	30.813

**18. Parcelamentos Consolidados - LEI 11.941/2009**

Refere-se a adesão ao parcelamento previsto na Lei 11.941/2009 relativo à dívida tributária de PASEP/COFINS.

	2023	2022
Passivo Circulante	-	7.412
Passivo Não Circulante	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>2.117</b>	<b>11.121</b>

Em 2023 quitamos o processo cuja adesão ocorreu em 2014, restando apenas o processo de 2009, conforme demonstrado abaixo:

	Valores acumulados		Número de parcelas		Parcelas	
	Pagamentos	Juros	Pagas	A pagar	Primeira	Última
Adesão 2009	18.144	2.616	170	10	180	30/11/2009
<b>Total</b>	<b>18.144</b>	<b>2.616</b>	<b>170</b>	<b>10</b>	<b>180</b>	<b>30/11/2009</b>

A Sociedade não possui valores em seus ativos e passivos não circulantes que necessitem de ajustes a valor presente.

As transações da Sociedade com seu acionista majoritário são efetuadas em condições diferentes às que seriam aplicadas entre partes não relacionadas, uma vez que no preço dos serviços prestados não está contido lucro.

Atendendo ao disposto no CPC 47, a seguir demonstramos a composição das receitas operacionais líquidas:

	2023	2022
Receita bruta operacional		
Gerenciamento do Sistema	303.482	333.910
Receita de locações	24.402	24.357
	327.884	358.267
Impostos incidentes sobre as receitas		
PASEP	(2.505)	(3.000)
COFINS	(11.563)	(13.847)
	(14.068)	(16.847)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>313.816</b>	<b>341.420</b>

**PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Os Membros do Conselho de Administração da São Paulo Transporte S/A, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram, em reunião ordinária realizada nesta data, o Relatório Integrado da Administração e as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, abrangendo o Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações do Resultado do Exercício, do Resultado Abrangente, do Valor Adicionado, dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido, incluindo as

correspondentes Notas Explicativas que compõem essas Peças Contábeis. Com base no exame dessa documentação, e também, no "Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis do exercício de 2023" e no "Relatório de Asseguarção Limitada", elaborados pela empresa Russell Bedford GM Auditores Independentes S/S; e considerando a manifestação da Diretoria Executiva com relação às Demonstrações Contábeis e, ainda, na manifestação favorável à aprovação das referidas Peças pelo Comitê de Auditoria Estatutário

da Companhia, emitida em 19/03/2024, e na manifestação emitida em março de 2024 pelo Conselho Fiscal da Empresa, que por unanimidade e sem ressalvas, consignou a opinião de que as citadas Peças, reúnem condições para serem integralmente submetidas à apreciação e à aprovação dos Senhores Acionistas, o Conselho de Administração manifestou-se pelo encaminhamento das referidas Peças para deliberação da Assembleia Geral dos Acionistas, (a.a.) Eurípedes Sales, Presidente do Conselho, Edson Coelho Araujo Filho, Fabio Martins de

**21. Receitas (despesas) operacionais - Outras**

	2023	2022
Movimentações contingências cíveis (a)	(40.903)	(187.923)
Outras movimentações	18.489	15.216
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>(22.414)</b>	<b>(172.707)</b>

(a) Em março de 2022 a Área Jurídica promoveu mudanças no critério de elaboração utilizado para a provisão de contingência, retornando os valores assumidos como precatórios visto que não estavam sendo considerados, ocasionando despesa de R\$ 187.923 no exercício.

**22. Outras operações**

	2023	2022
Desapropriação	85.199	-
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>85.199</b>	<b>-</b>

Em 2023, a COHAB efetuou a desapropriação do imóvel da antiga garagem Leopoldina, resultando na obtenção de uma indenização que impulsionou positivamente o resultado da companhia.

**23. Capital Social Realizado**

O capital integralizado em 31 de dezembro de 2023 é representado por 116.122.565.661 (cento e dezesseis bilhões e cento e vinte e dois milhões e quinhentos e sessenta e cinco mil e seiscentos e sessenta e uma) ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

A Prefeitura de São Paulo detém 116.082.534.220 (cento e dezesseis bilhões e oitenta e dois milhões e quinhentos e trinta e quatro mil e duzentos e vinte) ações, correspondente a 99,965527%.

**24. Imposto de Renda e Contribuição Social**

A Sociedade possui acumulados prejuízos fiscais e base negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido a compensar, apurados até dezembro de 2017.

**25. Demonstração dos Fluxos de Caixa**

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é apurada pela Sociedade segundo o método direto, onde a movimentação dos fluxos de caixa é obtida diretamente no razão das contas usadas como contrapartidas das contas caixa e bancos.

**26. Aprovação das demonstrações contábeis**

As Demonstrações Contábeis que ora se apresentam foram aprovadas para divulgação pela administração da Sociedade em 19 de fevereiro de 2024.

**27. Evento subsequente**

Os administradores declaram a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício findo em 31/12/2023 que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

**28. Sistema Municipal de Transporte Coletivo**

Por determinação do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, visando maior transparência, informamos os principais valores da Conta Sistema que é gerenciada pela São Paulo Transporte, onde destacamos: a arrecadação tarifária de R\$ 4.874.469, a Compensação tarifária de R\$ 5.493.288, o valor pago às empresas operadoras do sistema de transporte de R\$ 10.570.472 e o montante de créditos de bilhete único em poder do público em 31/12/2023 de R\$ 1.221.431 que já foram utilizados na gestão financeira do sistema.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2024.  
**SELMA QUARESMA DA SILVA**  
Superintendente Financeiro  
**ANDERSON CLAYTON NOGUEIRA MAIA**  
Diretor de Administração e de Infraestrutura  
**MAURO JOSÉ DE ARAUJO LIMA**  
Gerente Contábil - Contador CRC – ISP 101.393/0-7

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Os Membros do Conselho Fiscal da São Paulo Transporte S/A, infra-assinados, em reunião ordinária realizada em março de 2024, e em conformidade com as exigências legais, estatutárias e regimentais aplicáveis, principalmente as disposições contidas nos Incisos II e VII do Artigo 163 e no Parágrafo único do Artigo 164 da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, bem como no Inciso IX do Artigo 8º e no Artigo 26 da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, no exercício de sua função fiscalizadora, analisaram o Relatório Integrado da Administração do Exercício de 2023, examinaram as Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2023, abrangendo o Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações do Resultado do Exercício, do Resultado Abrangente, do Valor Adicionado, dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido, incluindo as correspondentes Notas

Explicativas que compõem essas Peças Contábeis, observaram o teor do Relatório de Asseguarção Limitada dos Auditores Independentes - Sustentabilidade, emitido em 12 de março de 2024 pela Empresa Russell Bedford GM Auditores Independentes S/S, e verificaram o Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Contábeis do exercício de 2023, emitido em 14 de março de 2024 pela mesma Empresa Russell Bedford GM Auditores Independentes S/S.

Considerando os resultados obtidos por este Colegiado na análise dos citados documentos, nas verificações procedidas mensalmente nos Balanços, no monitoramento e na apreciação do conjunto de exposições, informações e esclarecimentos periodicamente apresentados por técnicos, gestores, administradores e dirigentes da Companhia, considerando a opinião alcançada

pela Auditoria Externa, expressamente manifestada sem quaisquer ressalvas, concluindo que as Demonstrações Financeiras apresentam adequadamente a posição patrimonial e financeira da Companhia, e considerando, em observância aos ditames fixados nos Incisos II, III e IV do Parágrafo primeiro do Artigo 24 da mencionada Lei nº 13.303/2016, que o Comitê de Auditoria Estatutário posicionou-se favorável à aprovação dessas Peças, nos termos de sua Manifestação emitida em 19 de março de 2024, os Membros deste Conselho Fiscal, pela competência, lavram o presente Parecer, consignando, por unanimidade e sem ressalvas, a opinião de que as citadas Peças reúnem condições para serem integralmente submetidas à apreciação e à aprovação dos Senhores Acionistas, em consonância com o preceito contido no Inciso I do Artigo 132 da Lei Federal nº 6.404/1976.

Oliveira, Jessica Souza de Brito, Joedson Teles Nunes, Luis Felipe Vidal Arellano, Marina Magro Berings Martinez e Paulo Cesar Tagliavini.

São Paulo, 26 de março de 2024.

**EURÍPEDES SALES**  
**PRESIDENTE DO CONSELHO**

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Os Membros do Conselho Fiscal da São Paulo Transporte S/A, infra-assinados, em reunião ordinária realizada em março de 2024, e em conformidade com as exigências legais, estatutárias e regimentais aplicáveis, principalmente as disposições contidas nos Incisos II e VII do Artigo 163 e no Parágrafo único do Artigo 164 da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, bem como no Inciso IX do Artigo 8º e no Artigo 26 da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, no exercício de sua função fiscalizadora, analisaram o Relatório Integrado da Administração do Exercício de 2023, examinaram as Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2023, abrangendo o Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações do Resultado do Exercício, do Resultado Abrangente, do Valor Adicionado, dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido, incluindo as correspondentes Notas

Explicativas que compõem essas Peças Contábeis, observaram o teor do Relatório de Asseguarção Limitada dos Auditores Independentes - Sustentabilidade, emitido em 12 de março de 2024 pela Empresa Russell Bedford GM Auditores Independentes S/S, e verificaram o Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Contábeis do exercício de 2023, emitido em 14 de março de 2024 pela mesma Empresa Russell Bedford GM Auditores Independentes S/S.

Considerando os resultados obtidos por este Colegiado na análise dos citados documentos, nas verificações procedidas mensalmente nos Balanços, no monitoramento e na apreciação do conjunto de exposições, informações e esclarecimentos periodicamente apresentados por técnicos, gestores, administradores e dirigentes da Companhia, considerando a opinião alcançada

pela Auditoria Externa, expressamente manifestada sem quaisquer ressalvas, concluindo que as Demonstrações Financeiras apresentam adequadamente a posição patrimonial e financeira da Companhia, e considerando, em observância aos ditames fixados nos Incisos II, III e IV do Parágrafo primeiro do Artigo 24 da mencionada Lei nº 13.303/2016, que o Comitê de Auditoria Estatutário posicionou-se favorável à aprovação dessas Peças, nos termos de sua Manifestação emitida em 19 de março de 2024, os Membros deste Conselho Fiscal, pela competência, lavram o presente Parecer, consignando, por unanimidade e sem ressalvas, a opinião de que as citadas Peças reúnem condições para serem integralmente submetidas à apreciação e à aprovação dos Senhores Acionistas, em consonância com o preceito contido no Inciso I do Artigo 132 da Lei Federal nº 6.404/1976.

Os Membros do Conselho Fiscal declaram não conhecer quaisquer outros eventos que possam afetar as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

São Paulo, 26 de março de 2024.  
**HENRIQUE DE CASTILHO PINTO**  
Presidente do Conselho Fiscal  
**ENZO LUCIO ONDEI**  
Membro do Conselho Fiscal  
**PATRICIA DI DONATO FIRMINO**  
Membro do Conselho Fiscal  
**ADRIANA AZEVEDO PANNUNZIO**  
Membro do Conselho Fiscal

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**Aos Administradores e aos Acionista da SÃO PAULO TRANSPORTE S.A.**

**São Paulo - SP**

**Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da São Paulo Transporte S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Ênfases**

**Continuidade Operacional**

A Empresa apresentou, em 31 de dezembro 2023, o montante em prejuízos acumulados de R\$ 1.442.315 mil (R\$ 1.432.980 em 31 de dezembro de 2022). Chamamos a atenção à Nota Explicativa nº 19, que o principal cliente da Companhia é a Prefeitura do Município de São Paulo, seu acionista controlador, e suas receitas próprias advêm de contrato de prestação de serviços especializados de gerenciamento, fiscalização, administração e engenharia de transporte, voltados ao sistema de transporte urbano no âmbito do município. A reversão da tendência do desequilíbrio econômico-financeiro da Companhia depende da revisão do contrato de gestão com a municipalidade, para buscar seu equilíbrio financeiro e de medidas internas de redução de custos e despesas. As demonstrações contábeis foram elaboradas partindo do pressuposto da continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

**Processos Judiciais e Contingências**

Conforme detalhado na Nota Explicativa nº 16, a Empresa participa de ações judiciais movidas pelas empresas operadoras do Sistema Municipal de Transporte Coletivo, pleiteando diferenças de remuneração inerentes aos contratos de prestação de serviços de transporte coletivo sob a égide da Lei 11.037/91, os contratos eram firmados com a antiga CMTc, tendo a Prefeitura de São Paulo como anuente, na qualidade de acionista majoritária desta Sociedade. Tais ações, que porventura tiverem que ser pagas, deverão ser suportados pelas "Conta Sistema" ou por repasse específico da Prefeitura Municipal de São Paulo. Os valores estão sendo pagos através de precatórios da Prefeitura de São Paulo. O montante da perda provável classificado pelos assessores jurídicos da Companhia é de R\$ 2.556.274 mil e como perda possível R\$ 128.828 mil e nenhuma provisão foi constituída no balanço patrimonial por estar pacificado que a responsabilidade do pagamento é da Prefeitura do Município de São Paulo, através de precatórios, como já vem ocorrendo. Por ser tratar de Provisões e passivos contingentes, existem incertezas inerentes em relação ao seu prazo e valor de liquidação. Também o reconhecimento e a mensuração das provisões e passivos contingentes requerem que a Companhia exerça julgamentos relevantes para estimar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos dos processos judiciais e administrativos dos quais a Companhia é parte envolvida. Essa avaliação é

baseada em posições de assessores jurídicos internos e em julgamentos da própria administração. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

**Transações com Partes Relacionadas**

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 7, a Companhia possui diversos créditos com Prefeitura do Município de São Paulo, de longa data, nos montantes de R\$ 112.827 mil, sendo R\$ 45.031 mil ativo circulante e R\$ 57.796 mil no ativo não-circulante (R\$ 78.700 mil em 31 de dezembro de 2022) oriundos de repasses da Prefeitura, aposamento de imóvel em processo de desapropriação para os quais seus desfechos dependem de entendimento, resultados de processos administrativo e judiciais, bem como a disponibilização de caixa por parte da Prefeitura do Município de São Paulo. A Companhia não realiza a provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa - PECLD de valores a receber para créditos a receber de entidades vinculadas à Prefeitura Municipal de São Paulo, pois entende que não há perdas esperadas para esses créditos. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

**Reapresentação das Demonstrações Contábeis**

Em 28 de fevereiro de 2022, emitimos relatório de auditoria com modificação de opinião sobre as demonstrações contábeis do exercício de 2022 da São Paulo Transporte S.A. ("Companhia"), que ora estão sendo reapresentadas. Conforme a Nota Explicativa nº 4, essas demonstrações contábeis do exercício de 2022 foram alteradas e estão sendo reapresentadas de forma a refletir, no Ativo Circulante, Passivo Circulante, Patrimônio Líquido e Resultado, os créditos fiscais decorrentes de ação judicial transitada e julg